

ERM Univates  
(Org.)

# Curso Gestão de Processos Administrativos e Contábeis

**Realização:**

Centro Universitário UNIVATES  
Rede Escola de Governo

1ª edição



Lajeado, 2012



**Coordenação e revisão final:** Ivete Maria Hammes

**Editoração:** Bruno Henrique Braun e Marlon Alceu Cristófoli

**Capa:** Bruno Henrique Braun

Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário - Cx. Postal 155 - CEP 95900-000,  
Lajeado - RS, Brasil. Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000  
E-mail: [editora@univates.br](mailto:editora@univates.br) / <http://www.univates.br/editora>

---

C977 ERM Univates

Curso gestão de processos administrativos  
e contábeis / Org. ERM Univates - Lajeado: Ed. da  
Univates, 2012.

44 p.

ISBN 978-85-8167-032-4

1. Administração – Gestão de processos. 2.  
Ciências contábeis – Gestão de processos I. Título

CDU:658:657

---

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Hilgemann Mendel – CRB-10/1459

**Todos os textos são de exclusiva  
responsabilidade dos organizadores.**

Tiragem: 1000 exemplares  
Copyright: **ERM Univates**

**Realização:**

Centro Universitário UNIVATES

Rede Escola de Governo

# Curso Gestão de Processos Administrativos e Contábeis

**Colaboradores:**

Adriana Wachholz

Ane Josiele da Silva

Antônio Carlos Diel

Bernardete Bregolin Cerutti

Claus Haetinger

Cristiani Reimers

David Guilherme Orling

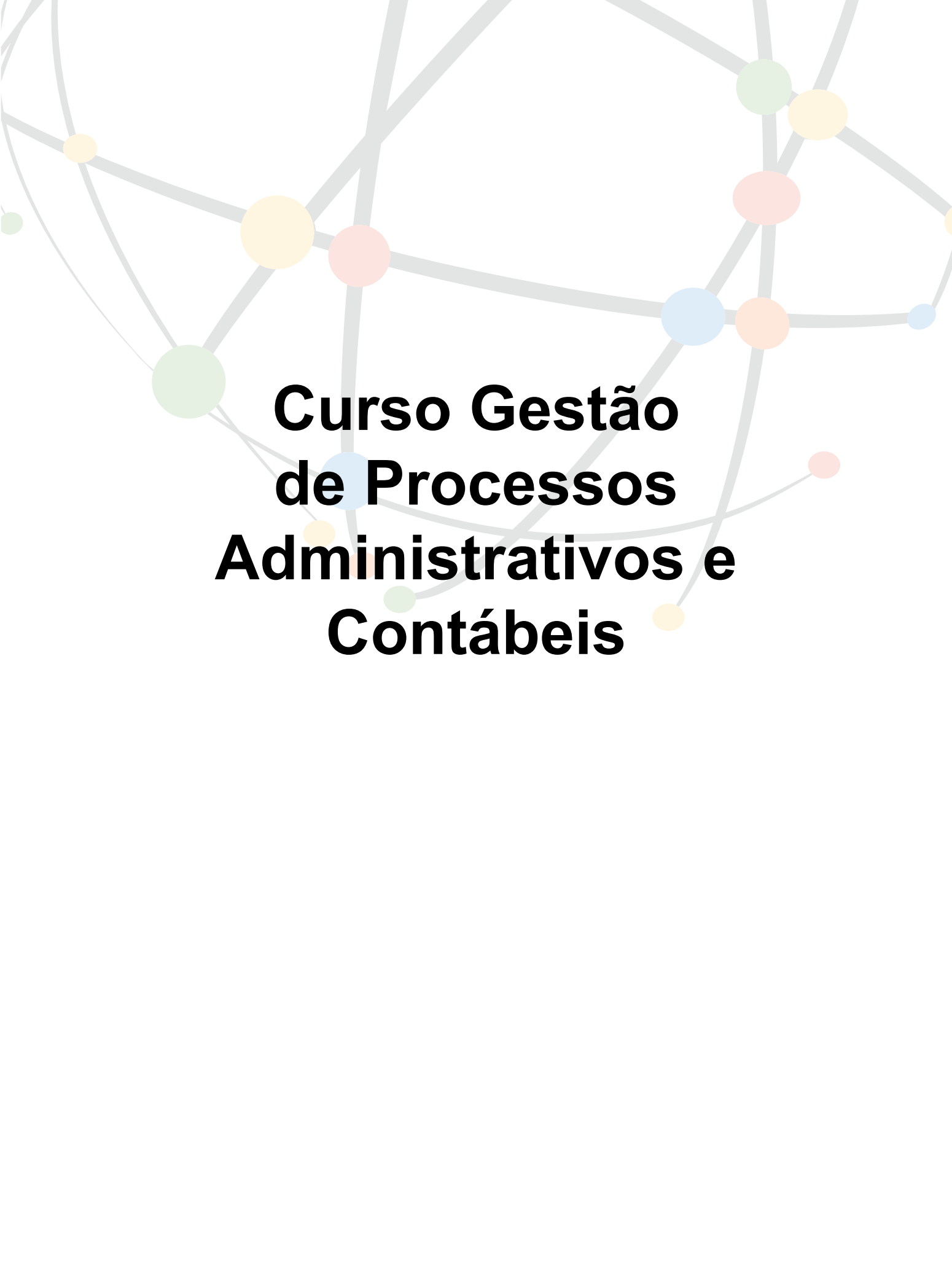
Edson Alexandre Schneider

Eduardo Schnorr

Jônatas Dietrich

Viviane Theves Sulzbach





**Curso Gestão  
de Processos  
Administrativos e  
Contábeis**

## **Rede Escola de Governo**

A sociedade está, ao longo das últimas décadas, lutando pela consagração de inúmeros direitos. De um país sob o arbítrio de um regime autoritário nos transformamos em uma nação democrática. Vivemos um período no qual vários setores, em especial aqueles mais pobres, passaram da “clandestinidade social” para o protagonismo ativo, exigindo políticas estatais concretas e amplas, serviços universais e qualificados. Sem, no entanto, termos ainda rompido totalmente a fronteira da desigualdade, o que nos remete à ideia que nossa democracia ainda está inconclusa.

O grande desafio de um Estado moderno e democrático é consagrar os direitos da sociedade e fazer corresponder, a cada um deles, políticas públicas que os tornem efetivos e materiais. Os direitos da sociedade somente serão concretos quando tornarem-se objeto das garantias, das políticas e das ações do poder público.

Nesse sentido, a formação continuada, plural e inclusiva, é um caminho para emancipar servidores e agentes sociais no sentido de alcançar a construção de um Estado forte que dê curso a uma intervenção legítima garantidora do exercício dos direitos de cidadania, representação de interesses públicos e de participação.

A Rede Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Sul concebe a formação continuada como um processo global, de emancipação cidadã. A construção do conhecimento é articulada em rede, com o objetivo de formar de maneira contínua, ampla e inclusiva servidores e agentes sociais para a implementação de políticas públicas em um Estado permeado pela eficiência e pelo diálogo. Em uma dimensão superior, configura-se como um processo de reflexão sobre o estado e sua organização.

O ineditismo do projeto é expresso pela articulação em rede do conjunto de instituições de ensino superior gaúchas que, coordenadas pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, transformam e transferem o acúmulo de saberes e pesquisa produzidos ao longo de décadas pela academia, colocando o patrimônio intelectual elaborado à disposição de um Estado que se pretende mais eficaz, transparente, criativo, resolutivo e plural. Além disso, com a iniciativa, o serviço público e o servidor tornam-se temas presentes na academia, provocando o debate.

O processo de formação dos agentes públicos proposto pela Rede Escola de Governo está assentado em três bases fundantes: a formação humanística para a cidadania ativa; a formação instrumental-operacional para o ganho de eficácia e a formação em tecnologia-informação para a inovação e o desenvolvimento. Construindo, deste modo, uma pedagogia da gestão pública, para a qual os métodos, as técnicas e os processos não são um fim em si mesmo, mas mecanismos de pactuação e elaboração de ações concretas de interesse público. Estas sim, razões de ser do próprio estado.

Pretendemos, a partir de uma articulação com o patrimônio e o acervo intelectual do Rio Grande do Sul acumulado em décadas de ensino e pesquisa, falar da gestão pública como uma especialidade do conhecimento. Compreendendo o caráter universal, plural e democrático do aparelho do Estado a serviço da regulação, da equidade e do crescimento econômico inclusivo.

Os resultados desse esforço conjunto de reflexão, estudo e qualificação técnica são compartilhados nesta coleção de cadernos pedagógicos. O propósito é que este conhecimento constituído de vivências, problematizações e busca de alternativas não fique encerrado, mas circule, realmente propósitos, subsidie mudanças e multiplique saberes.

REDE ESCOLA DE GOVERNO  
DIVISÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO  
FDRH

## **Depoimento do reitor da Univates, Prof. Ney José Lazzari, sobre a importância das parcerias da Univates com a FDRH**

“A Rede Escola de Governo completou um ano de atividades e, nesse período, em parceria com Instituições de Ensino de todo Estado, como é o caso da Univates, de Lajeado, as atividades têm beneficiado a dezenas de pessoas com os programas de formação continuada voltados à área da gestão.

Para a Univates, os cursos desenvolvidos têm sido de grande importância, pois proporcionam maior aproximação da academia com o cotidiano da Administração Pública. Ao mesmo tempo em que nossos professores ministram conteúdos aos alunos, também tomam conhecimento de vivências do dia a dia, que depois são aprofundadas em outras situações acadêmicas de aprendizagem, trazendo mais benefícios para a sala de aula.

Essa é uma mostra inovadora de como a articulação entre o Governo e as Instituições de Ensino superior pode render bons resultados. É a primeira vez, no Rio Grande do Sul, que um conjunto de Instituições Universitárias de caráter comunitário, confessional e público se organiza em rede para avançar na área da pesquisa e da inovação tecnológica, bem como para a oferta de cursos e formação na área profissional, técnica e tecnológica.”

Professor Ney José Lazzari  
Reitor do Centro Universitário Univates



## Uma reflexão sobre ética

A sociedade atual vive tempos de busca por felicidade, alegria, paz, boa condição financeira, sucesso profissional, além de várias outras conquistas possíveis. São tempos em que o ser confunde-se com o ter, com o possuir, sem saber que o conforto e a tecnologia são necessários, mas não são o próprio ser. Neste discurso pós-moderno, parece que os sentimentos e as emoções estão profundamente ligados aos elementos materiais, e que se pode conquistá-los com certa facilidade, bastando para muitos um pouco de sorte ou de habilidade gestora.

Esta ânsia em obter aquilo que se pensa, ou que, de fato, se deseja, acabou se tornando uma obsessão que escraviza o ser humano, num ato insano de fazer o que for possível para alcançar a conquista de seus sonhos. Desse modo, a ética parece ser vista como algo sem valor e que imputa a quem quiser ser ético um atraso ou perda. Muitos justificam que o mundo é ruim e que ao não agir com toda sorte de malandragem e engano, perde-se para os que não são éticos.

Entretanto, mesmo que o pensamento da sociedade seja diferente, ética é um conceito que não pode ser deixado de lado e por isso é necessário diferenciar-se Ética de Moral. Ética é parte da filosofia e da vida concreta. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, institui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Pessoas, empresas ou governos são éticos quando orientam-se por princípios e convicções. Em última instância, podemos afirmar que a ética tem a ver com a defesa da vida humana. Já a moral trata apenas da prática real das pessoas, e é expressa por costumes, hábitos, leis e valores culturalmente estabelecidos. Estes costumes podem, eventualmente, ser questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral (segue costumes e normas até por conveniência), mas não necessariamente ética.

Logo, é possível perceber que a ética não é diferente, mas sim comum nas diversas relações sociais. O que há são diferentes aplicações éticas que partem de condições diferentes, mas que sempre chegam ao grande sentido da ética que é a defesa da vida humana e das relações saudáveis. Quanto a ser ético numa situação e

noutra não, existe essa possibilidade porque bem podemos defender valores humanos numa situação em detrimento de outra.

A quem pertence o futuro?

Este é o questionamento que se faz necessário porque regula toda a disposição, missão e valores de profissionais, empresas e governos. O futuro pertence aos que são éticos. A importância de uma pessoa, empresa ou governo ser ético está, acima de tudo, na compreensão de que o mundo do trabalho é uma das características que nos difere dos animais e que o homem procura mediar relações pelo trabalho porque encontra, por meio dele, sentido e pertença. Por isso, transformamos a nossa existência também pelo trabalho, e com ficamos completamente envolvidos com os seres humanos. Logo, ter ética é acima de tudo essencial porque um profissional, uma empresa e um governo não trabalham com coisas e sim com pessoas, que redefinem suas vidas e agregam valores a todo o momento de sua existência.

Por isso, adotar uma postura profissional ética representa estar um passo à frente no mercado. Não se trata de tirar benefícios, mas de ser vanguarda de um mundo novo, que cada vez mais, apesar de suas mazelas, valorizará as relações de trabalho que defendem a dignidade humana e global. Sabemos bem que no mundo de hoje sempre se está em busca de benefícios, mas um profissional, empresa ou governo que tem ética transforma as relações de trabalho e serviço, despertando os colaboradores para um envolvimento que lhes dá real sentido na vida. Além disso, profissionais, empresas e governos que são éticos atraem parceiros que pautam suas atividades pela dignidade e excelência.

A importância de “ser pessoa”.

Um ponto importante nesta relação passa pelo bem-estar pessoal. Precisamos estar atentos à ideia da realização propagada hoje em dia, que tem a ver com um conjunto de bens ligados ao sucesso social, e possuir alguns itens essenciais para se viver bem. Se observarmos atentamente, veremos que pouco se estabelecem nos itens essenciais questões como desenvolvimento físico, emocional e espiritual. Se esses itens forem negligenciados por qualquer um, não estaremos preparados para um mundo novo, que requer aperfeiçoamento continuado, não só profissional. Por essa razão é necessário que leiamos mais, ouçamos mais, que entendamos mais a condição humana e as relações sociais.

Por tudo isso se faz necessário valorizar a vida e desenvolver a ética pessoal e profissional como quesito essencial porque toda sociedade realmente desenvolvida reconhece a vida como um direito que deve ser preservado e cuidado em qualquer situação. Sabemos que o direito à vida digna está acima de qualquer discussão ou preferência de raça, sexo, religião, opção política ou condição econômica. Desse modo, não podemos de maneira alguma ser éticos apenas quando nos é conveniente, mas devemos sê-lo em todas as ações que a imputamos sentido. Assim, nossos locais de trabalho podem se tornar lugares não só de excelência profissional, mas espaços capacitadores dos seres humanos ajudando-os a se tornarem pessoas que pensam no trabalho como sentido da vida e possibilidade transformadora da realidade humana.

Professor David G. Orling  
Disciplina Ética e Conduta Profissional  
Centro Universitário Univates

# Projeto Político Pedagógico

## **Curso Gestão de Processos Administrativos e Contábeis**

O Projeto Político Pedagógico do curso de extensão Gestão de Processos Administrativos e Contábeis compreende a descrição a seguir apresentada.

### **I – Dados de Identificação**

#### **1.1 Nome do programa:**

Formação Continuada “Economia Política da Gestão Pública”

#### **1.1 1.2 Título do curso:**

Gestão de Processos Administrativos e Contábeis

#### **1.3 Coordenação geral:**

Bernardete Bregolin Cerutti – Professora do Centro Universitário Univates

#### **1.4 Coordenações específicas:**

Cristiani Reimers – Coordenação Escritório de Relações com o Mercado – ERM

Viviane Theves Sulzbach – Coordenadora da Extensão Universitária

#### **1.5 Carga horária total (de cada uma das turmas):**

Turma 2011: 120 horas-aula

Turma 2012: 80 horas-aula

#### **1.6 Data de início e término (de cada uma das turmas):**

Turma 2011: 24/10 a 30/11/2011 + 19/03 a 30/05/2012

Turma 2012: 14/05 a 25/07/2012

### 1.7 Cronograma detalhado dos dias de aula da turma 2011:

<b>Dia</b>	<b>Disciplina(s)</b>	<b>Professor(a)</b>	<b>Carga horária acumulada</b>
24/10/11	Histórico da FPE Contabilidade pública	FPE Eduardo Schnorr	04 h/a
26/10/11	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	08 h/a
07/11/11	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	12 h/a
09/11/11	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	16 h/a
21/11/11	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	20 h/a
23/11/11	Preenchimento de SEFIP-GFIP	Adriana Wachholz	24 h/a
28/11/11	Retenções de previdência	Ane Josiele da Silva	28 h/a
30/11/11	Retenções de previdência	Ane Josiele da Silva	32 h/a
19/03/12	Ética e Conduta profissional	David Orling	36 h/a
21/03/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	40 h/a
26/03/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	44 h/a
28/03/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	48 h/a
02/04/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	52 h/a
04/04/12	Fluxo contábil e processos	Edson A. Schneider	56 h/a
09/04/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	60 h/a
11/04/12	Fluxo contábil e processos	Edson A. Schneider	64 h/a
16/04/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	68 h/a
18/04/12	Fluxo contábil e processos	Edson A. Schneider	72 h/a
23/04/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	76 h/a
25/04/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	80 h/a
30/04/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	84 h/a
02/05/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	88 h/a
07/05/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	92 h/a
09/05/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	96 h/a
14/05/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	100 h/a
16/05/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schorr	104 h/a
21/05/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	108 h/a
23/05/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	112 h/a
28/05/12	Matemática financeira	Antonio Carlos Diel	116 h/a
30/05/12	Fluxo contábil e processos	Edson A. Schneider	120 h/a

**1.8 Cronograma detalhado dos dias de aula da turma 2012:**

<b>Dia</b>	<b>Disciplina(s)</b>	<b>Professor(a)</b>	<b>Carga horária acumulada</b>
14/05/12	Ética e Conduta profissional	David G. Orling	04h/a
21/05/12	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	08 h/a
23/05/12	Retenções de previdência	Ane Josiele da Silva	12 h/a
28/05/12	Fluxo contábil e processos	Edson Schneider	16 h/a
04/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	20 h/a
06/06/12	Fluxo contábil e processos	Edson Schneider	24 h/a
11/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	28 h/a
13/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	32 h/a
18/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	36 h/a
20/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	40 h/a
25/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	44 h/a
27/06/12	Matemática financeira	Antonio C. Diel	48 h/a
02/07/12	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	52 h/a
04/07/12	Contabilidade pública	Eduardo Schnorr	56 h/a
09/07/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schnorr	60 h/a
11/07/12	Gestão pública e orçamentária	Eduardo Schnorr	64 h/a
16/07/12	Legislação contábil e financeira	Eduardo Schnorr	68 h/a
18/07/12	Legislação contábil e financeira	Eduardo Schnorr	72 h/a
23/07/12	Fluxo contábil e processos	Edson Schneider	76 h/a
25/07/12	Fluxo contábil e processos	Edson Schneider	80 h/a

**1.9 Municípios de abrangência:**

Porto Alegre – RS

**1.10 Local de realização do curso:**

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH  
Avenida Praia de Belas, 1595, CEP 90110-001, Porto Alegre – RS

**1.11 Público-alvo:**

O público-alvo são Servidores Estaduais e Atores Sociais, definidos pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, em conjunto com as Secretarias de Estado.

### **1.12 Número total de participantes (de cada uma das turmas):**

#### **Turma de 2011**

Número de participantes inscritos: 51

Número de participantes concluintes: 13

Número de participantes evadidos: 27

Número de participantes que não comparecem: 11

#### **Turma de 2012**

Número de participantes inscritos: 44

Número de participantes concluintes: 32

Número de participantes evadidos: 11

Número de participantes que não comparecem: 1

### **1.13 Secretarias/órgãos do Governo envolvidos:**

Diversos órgãos do Estado do Rio Grande do Sul.

## **II – Justificativa**

A Fundação de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul (FDRH), por meio da Rede Escola de Governo, buscou a articulação das instituições de ensino superior com vistas à promoção de processos de formação continuada dos servidores, sobretudo no que se refere à qualificação dos serviços, às novas formas de organização social, bem como à compreensão sobre os novos formatos institucionais de participação, gerando, com isso, aumento da eficiência das políticas e dos programas do Estado.

Nas últimas décadas, o Estado do Rio Grande do Sul tem demonstrado que seu desenvolvimento econômico e social está aquém do esperado se o compararmos à economia brasileira, com taxas de crescimento menores do que a de alguns estados da Federação, perdas na sua matriz produtiva tradicional e cortes de investimentos públicos nas mais diversas áreas.

Frente a esse cenário, o Estado necessita retomar seu papel indutor da economia gaúcha e enquadrar-se em um novo patamar integrado ao ciclo de desenvolvimento atual do país. Além disso, precisa buscar novamente a inserção e cooperação internacional, propiciar o desenvolvimento regional, a sustentabilidade ambiental, a participação cidadã, a equidade social e recuperação das funções públicas do Estado.



Considerando os desequilíbrios ambientais, sociais e regionais, há a necessidade preeminente de um processo de concertação do Estado, por meio da promoção do conhecimento.

Nesse sentido, a Univates oferecerá três cursos de extensão sobre temas relacionados à Economia da Gestão Pública, com o intuito de formar servidores públicos locais e regionais comprometidos com o conhecimento das suas funções e do ambiente em que estão inseridos. Dessa forma, a retomada do desenvolvimento sustentável passa a ser condição para uma nova inserção do Estado no cenário brasileiro.

### **III – Objetivo geral**

O Programa “Economia Política da Gestão Pública” objetiva preparar e qualificar profissionais, através da ampliação e do aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e práticos em gestão pública, para atuarem nas administrações públicas.

### **IV – Objetivos específicos**

- aprimorar o desempenho de servidores públicos, proporcionando-lhes uma visão integrada da gestão pública, através da articulação teórico-prática;
- desenvolver competências gerenciais associadas e decisões em âmbitos públicos visando à eficiência e à eficácia organizacional;
- possibilitar o conhecimento de novos modos e instrumentos adequados para um planejamento e uma posição ativa na promoção do desenvolvimento sustentável local e regional;
- propiciar aos participantes a discussão e análise de problemas contemporâneos no seio da administração pública, cujas soluções alternativas possibilitem uma gestão eficaz e efetiva dos recursos disponíveis;
- desenvolver a capacidade de compreensão dos conceitos que fundamentem a gestão de negócios em organizações públicas.

### **V – Ementa do curso**

Conceito de ética e regras de conduta profissional. Importância do servidor público. Técnicas de negociação. Atividade de contratação de serviços e compras públicas.

## VI – Conteúdo programático e ementa das disciplinas

Disciplina	Carga Horária	Ementa
Contabilidade pública	20h/a	O novo modelo da Contabilidade Pública; Conceito e divisão; Estrutura do patrimônio público; Escrituração contábil na administração pública; Plano de Contas da Administração Pública Federal (Plano de Contas Padrão): conceito, as contas contábeis e estrutura; Variações Patrimoniais: variações ativas e passivas, orçamentárias e extra-orçamentárias; Demonstrações Contábeis: demonstrações Contábeis na administração pública; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstrações das Variações Patrimoniais; Inventário Público.
Preenchimento de SEFIP-GFIP	04h/a	Orientações sobre as regras e procedimentos a serem observados para o correto preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) - meio magnético (SEFIP).
Retenções de previdência (legislação previdenciária de 11% sobre a prestação de serviços)	8h/a	Legislação em vigor; Responsabilidade/Obrigações de reter; - Empresa optante pelo SIMPLES; Empresas/casos de dispensadas de reter; Empresas/casos de dispensa de sofrer a retenção; Destaque da retenção na Nota Fiscal; Obrigações da Contratada; Obrigações da Contratante; Deduções/Apuração da Base de Cálculo (Fornecimento de material; Utilização de equipamentos; Percentuais mínimos); Subcontratação (Documentação necessária, Obrigações acessórias das empresas); Construção Civil (Principais conceitos, Responsabilidade previdenciária; Empreitada total (possibilidade de reter); Casos de dispensa da Retenção na Construção Civil; Análise da Lista de serviços da Construção Civil); Análise dos Conceitos (Cessão e Empreitada de mão-de-obra; Empreitada); Lista de serviços sujeitos à retenção (Análise teórica e prática; Apresentação de exemplos práticos; Critérios para enquadramento; Critérios para efetuar a retenção); Prazos de vencimento; Contratação de Cooperativas de Trabalho (Conceito, Quem está dispensado de recolher, Redução da base de cálculo, Percentual adicional para serviços prestados em condições especiais).
Ética e Conduta profissional	04h/a	
Legislação contábil e financeira aplicada ao setor público	20h/a	<b>Constituição Federal</b> - Capítulo II Das Finanças Públicas; Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Organização da administração pública e o Controle do orçamento público; Planejamento Governamental: plano plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Exercício Financeiro e Regimes Contábeis: duração; Regimes contábeis adotados no Brasil; Programação financeira; Apresentação das novas demonstrações contábeis introduzidas pelas NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis: Demonstração do fluxo de caixa e Demonstração do resultado econômico; Projeto de Lei de Qualidade Fiscal; Lei Federal nº 10.028/00 – Dos Crimes Contra as Finanças Públicas.

Disciplina	Carga Horária	Ementa
Gestão pública e orçamentária	16h/a	Os principais reflexos da moderna contabilidade pública na gestão orçamentária (atualizado pelas NBCT 16.1 e princípios contábeis); Receitas Públicas: conceito; Classificação: segundo a natureza da receita, orçamentária, extra-orçamentária; Aspectos relacionados à LRF: metodologia para classificação dos ingressos financeiros; Etapas da Receita Orçamentária: planejamento (previsão); Execução (lançamento, arrecadação e recolhimento); Controle e Avaliação (atualizado de acordo com o Manual de Receitas Nacional); Despesa Pública: conceito e classificação segundo a natureza da despesa, orçamentária, extra-orçamentária; Etapas da Despesa Orçamentária: Planejamento (fixação da despesa, descentralização de créditos orçamentários, programação orçamentária, créditos adicionais, processo de licitação); Execução (Empenho, Liquidação e Pagamento); Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores (atualizado pelas NBCT 16.2); Controle e Avaliação de Contêndes Orçamentárias (limitações de empenho) (atualizado segundo o Manual de Despesas Nacional); Governança Corporativa no Setor Público: eficácia e transparência; Sistemas de Controle: controle externo e controle interno.
Fluxo contábil e processos	16h/a	Estudo da contabilidade analisando o processo de registro, controle e avaliação para a geração de informações e relatórios contábeis; Análise e registro dos fatos contábeis que provocam variações patrimoniais nas entidades; Princípios e convenções da contabilidade; Componentes básicos, equação patrimonial básica e fatos contábeis; Plano de contas (conceitos, características, função, funcionamento, natureza do saldo e classificação das contas); Variações do patrimônio líquido (ativas, passivas e nulas); Receitas (operacionais e não operacionais); Custos e as despesas (operacionais, comerciais, administrativas e financeiras); Deduções das vendas (impostos sobre vendas, devoluções de vendas, abatimentos e descontos comerciais); Resultados do exercício (bruto, operacional e líquido, nos seus aspectos positivos e negativos); Critérios de avaliação dos estoques nas empresas comerciais (UEPS, PEPS e custo médio ponderado); Apuração e contabilização de custos comerciais (custo das mercadorias vendidas e custo unitário líquido de aquisição); Regimes de contabilização (caixa e competência); Compreensão dos conceitos de sistemas de informações aplicados nas entidades; Origens de recursos; Aplicações de recursos; Fatos contábeis e Variações patrimoniais.
Matemática financeira	32h/a	Introdução à Matemática Financeira; Aplicações e utilizações da Matemática Financeira; Conceitos e aplicações de juros simples; Juros simples comercial e exato; Fórmulas de prazo, taxa de juros, capital inicial e valor futuro; Cálculo de prazo médio, saldo médio e taxa média; Desconto simples comercial; Desconto simples racional; Juros compostos; Taxa de juros nominal e efetiva; Valores equivalentes de um único pagamento; Valores equivalentes de uma série uniforme de pagamentos; Fórmulas do capital inicial, taxa, período, prestação e valor futuro; Indexação e correção monetária; Sistemas de amortização - Price, SAC e SAM; Técnicas de análise de investimentos; Valor Presente Líquido; Taxa Interna de Retorno; <i>Payback</i> .

## VII – Metodologia

A metodologia do curso prima pela variedade de situações de ensino-aprendizagem. Assim, as disciplinas oferecidas proporcionam aos alunos atividades teóricas e práticas de forma integrada, buscando propiciar um olhar e uma percepção crítica sobre a relação teoria e prática.

Os alunos serão solicitados a relatar suas experiências profissionais e acadêmicas e, da mesma forma os docentes deverão relatar suas experiências profissionais. Tais apresentações e discussões têm o propósito de ressignificar o trabalho docente e discente, o que proporciona uma produção de novos saberes, em detrimento de uma simples reprodução de saberes comumente aceitos no meio acadêmico e empresarial.

## VIII – Avaliação

A avaliação se dá por meio do acompanhamento da presença do servidor público no curso, pela sua participação em sala de aula e pelo instrumento de pesquisa de opinião.

## IX – Referências

Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública (teoria e prática)**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 347 p.

Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Ordinária 4.320, de 17 de março de 1964 - Estitui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Contrôles dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antônio. **Gestão de custos aplicada ao setor público**: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. 1.

ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 1. 207 p.

Portaria Conjunta nº 1, de 20 de Junho de 2011 - Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e aprova as Partes I - procedimentos Contábeis Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatística de Finanças Públicas, de 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011 - Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas e VII – Exercício Prático, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (MCASP).

SLOMSKI, V.; MELLO, Gilmar Ribeiro de ; TAVARES FILHO, Francisco; MACEDO, Fabrício de Queiroz. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. v. 1. 198 p.

## **X – Materiais didáticos**

Está sendo usado como material didático apresentações por meio da ferramenta *power point*, legislação brasileira e exercícios.

## **XI – Anexos**

### a) Corpo Docente

**Adriana Wachholz** - Graduada em Ciências Contábeis e Pós-Graduada em Gestão Institucional.

**Ane Josiele da Silva** - Graduada em Ciências Contábeis e Pós-Graduada em Auditoria e Perícia Contábil.

**Antonio Carlos Diel** - Graduado em Administração e Mestre em Administração.

**David G. Orling** – Graduado em Teologia e Pós-Graduado em Ensino Religioso.

**Eduardo Schnorr** - Graduado em Ciências Contábeis e Mestrando em Ciências Contábeis.

**Edson Alexandre Schneider** - Graduado em Ciências Contábeis.

# **Amostra de Materiais Didáticos**

## Amostra de materiais didáticos

O curso Gestão de Processos Administrativos e Contábeis é composto por oito disciplinas e seis professores. No desenvolvimento das aulas, foram utilizadas apresentações, por meio da ferramenta *power point*.

A seguir são apresentados alguns materiais utilizados no curso.

**Disciplina:** Ética e Conduta profissional

**Professor:** David G. Orling

**Disciplina:** Contabilidade pública

**Professor:** Eduardo Schnorr

**Disciplina:** Fluxo contábil e processos

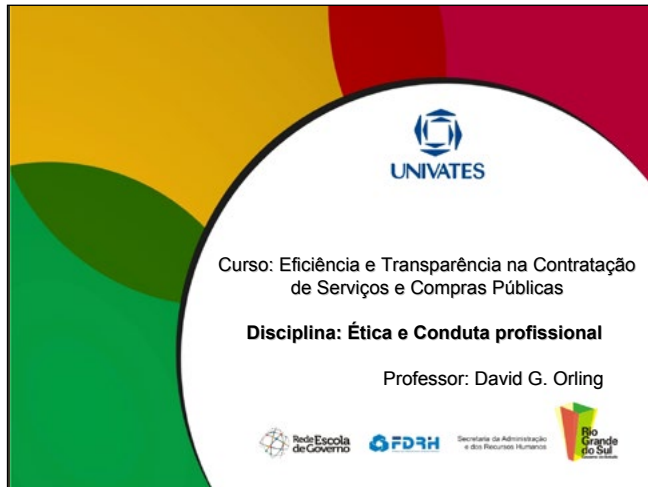
**Professor:** Edson Alexandre Schneider

**Disciplina:** Matemática financeira

**Professor:** Antonio Carlos Diel

**Disciplina:** Ética e Conduta profissional

**Professor:** David G. Orling



UNIVATES

Curso: Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e Compras Públicas

**Disciplina: Ética e Conduta profissional**

Professor: David G. Orling

Rede Escola de Governo FDRH Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos Rio Grande do Sul

### Ética e moral: distinções e definições

- O que é ética O que é moral?
- São a mesma coisa ou há distinções a serem feitas?

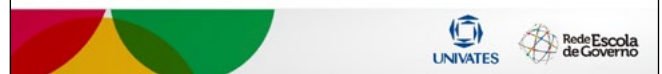
Aprofundando a questão observamos que ética e moral não são sinônimos



Ética considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Em última instância, podemos afirmar que a ética tem a ver com a defesa da vida humana.

### Alguns diferenciam ética e moral de vários modos:

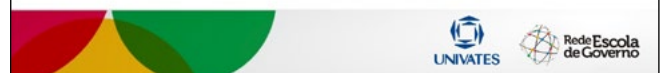
- 1. Ética é princípio, moral são aspectos de condutas específicas;
- 2. Ética é permanente, moral é temporal;
- 3. Ética é universal, moral é cultural.



### Joaquim Clotet

- A ética considera os atos humanos em quanto "corretos" ou "incorretos". Tem em conta os atos que são livres, enquanto são "justos" ou "injustos".
- A ética considera se os atos são "bons" ou "maus". A nós nos interessa, portanto, conhecer o que é "bom" ou "mau", que é "correto" ou "incorreto", o que é "justo" ou "injusto".
- Nem tudo que é justo é ético.

Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do ser humano em sociedade, e estas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano.



**Disciplina:** Contabilidade pública

**Professor:** Eduardo Schnorr

UNIVATES

CURSO  
GESTÃO DE PROCESSOS  
ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS

Professor: Eduardo Schnorr

Rede Escola de Governo FDRH Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos Rio Grande do Sul

### Orçamento

Orçamento é um instrumento de planejamento que procura comparar os ingressos e os dispêndios em um determinado período de tempo.

INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS → RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS → DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

UNIVATES Rede Escola de Governo

### Instrumentos de Planejamento

São leis de iniciativas do Poder Executivo, votadas e controladas pelo Poder Legislativo.

- Plano Plurianual (PPA): estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): estabelece as metas e prioridades da administração pública; é o elo entre o PPA e a LOA;
- Lei Orçamentária Anual (LOA): estabelece a previsão de arrecadação de receitas e a fixação de despesas a serem realizadas no exercício financeiro; é o orçamento propriamente dito.

### Modalidades de Ingressos de Recursos

Receita Orçamentária

Dep. Div. Origens (Passivos)

Estorno de Despesa

Caixa

UNIVATES Rede Escola de Governo

### Modalidade de Ingressos

**Ingressos Orçamentários:** Correspondem àqueles ingressos que podem ser utilizados para a cobertura de despesas orçamentárias. Como exemplo, temos as Receitas Tributárias (impostos, taxas e contribuições).

**Ingressos Extra-Orçamentários:** São valores que ingressam de forma compensatória nos cofres públicos. Como exemplo, temos os depósitos de terceiros (cauções, etc.).

### Conceito – Receita Orçamentária

**Lei 4320/64:**


**Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:**  
I - as receitas nele arrecadadas;

**Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.**

**Art. 3º. A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.**

### Classificações da Receita Orçamentária


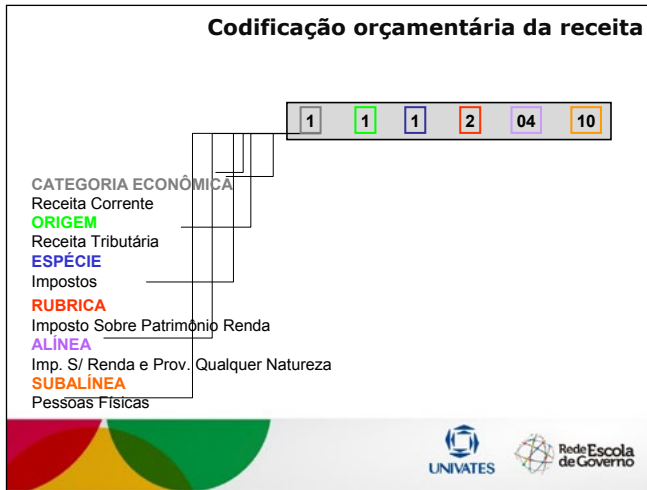
NATUREZA DA RECEITA	ORIGEM
CORRENTE (1) E INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (7)	(1) TRIBUTÁRIA
	(2) DE CONTRIBUIÇÕES
	(3) PATRIMONIAL
	(4) AGROPECUÁRIA
	(5) INDUSTRIAL
	(6) DE SERVIÇOS
	(7) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
	(9) OUTRAS RECEITAS CORRENTES
	(1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO
	(2) ALIENAÇÃO DE BENS
	(3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
	(4) TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
	(5) OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL



### Conceito de Tributo e suas Modalidades

*"É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei, e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". (Art. 3º - CTN)*


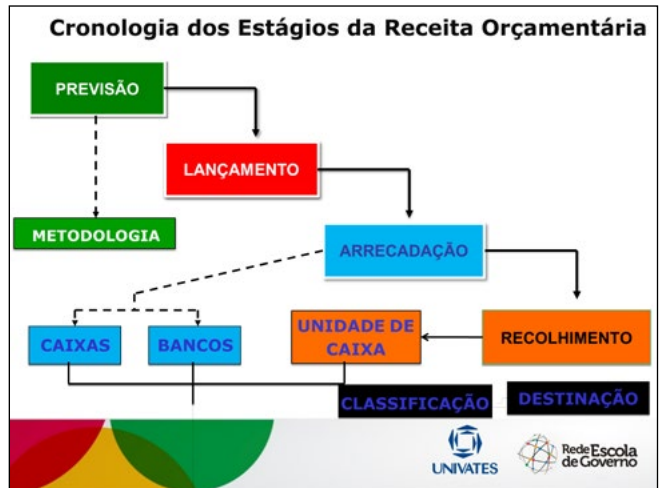
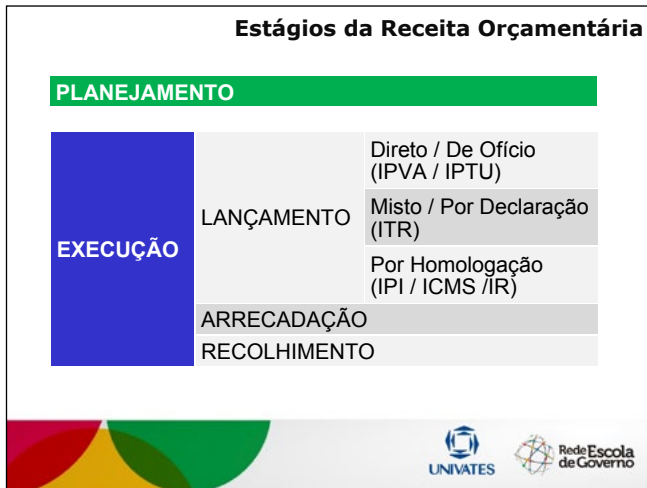
TRIBUTOS	
IMPOSTOS	Obrigações pecuniárias perante o Estado, independentemente da prestação de uma atividade específica, de natureza geral e indivisível, sem caráter de sanção.
TAXAS	Decorre do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de um bem ou serviço oferecido pelo Estado, de forma divisível e específica.
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	Instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

### Contribuições e suas modalidades

Segundo a doutrina majoritária e o STF, as contribuições são consideradas espécies de tributos com caráter de destinação especial ou "afetação" dessas receitas aos fins específicos. (MTO 2011)

CONTRIBUIÇÕES	
SOCIAIS	Vinculada a uma atividade administrativa do Estado, que visa atender aos direitos sociais previstos na Constituição Federal.
DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	São contribuições de empresas de um dado setor econômico, cobradas pela União, visando o seu aprimoramento, fazendo jus ao custo incorrido pelo ente, ao fomentar aquele setor.
DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS OU ECONÔMICAS	Atende a determinadas categorias profissionais ou econômicas vinculando sua arrecadação as entidades que as instituíram.
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Instituída facultativamente pelos municípios e pelo Distrito Federal para custeio do serviço de iluminação pública

**Disciplina:** Fluxo contábil e processos

**Professor:** Edson Alexandre Schneider

UNIVATES

Curso: Gestão de Processos Administrativos-Contábeis

Disciplina: Fluxo contábil e Processos

Prof. Edson Alexandre Schneider

Rede Escola de Governo FDRH Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos Rio Grande do Sul

### Tipos de empresas / sociedades mais utilizadas

- Empresário ( antiga firma individual);
- Sociedade simples - S/S;
- Sociedade empresária - Ltda.;
- Sociedade por ações ( S/ A, Cias.);
- Sociedade cooperativa;
- EIRELI ;
- Associações / Fundações;
- Mei - Micro Empreendedor Individual.

### Finalidades das empresas

Aos sócios

Controle, organização, planejamento, sucesso profissional, concorrência sadia .....

↓

= LUCRO

### Finalidades das empresas

Gerar recursos financeiros para construir estradas, escolas, hospitais, cuidar da saúde e educação das pessoas e manter a máquina administrativa

↓

= IMPOSTOS

↓

GOVERNO

O tributo é a principal fonte de recursos para o financiamento dos serviços públicos no Brasil.

A palavra “tributo” deriva do latim tributum.

Diz respeito aquilo que, por dever, é entregue ao Estado.

## Espécies de tributos

Os impostos  
As taxas  
As Contribuições de melhorias



### Regimes de Tributação

- Simples Nacional (todas empresas menos exceções – ver LC 123 – art. 17 e 18);
- Lucro Presumido (todas empresas menos exceções)
- Lucro Real ( todas empresas comerciais);
- Imunes (templos, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, escolas e assistência social s/ fins lucrativos);
- Isentas (sindicatos patronais, clubes, entidade filantrópicas, associações).



### Base de cálculo dos tributos

Toma-se por base de cálculo a apuração dos impostos a Receita / Faturamento (vendas a vista e a prazo menos as devoluções de mercadorias e serviços prestados menos as devoluções ) de um determinado período e aplica-se os percentuais definidos pela legislação.

Faturamento ➡ Documentos Fiscais



### Distribuição da Arrecadação

**Repartição indireta** – Quando são formados fundos e a repartição depende de roteiros previstos pela legislação – Exemplo: ICMS;

**Repartição direta** – Quando um percentual do imposto arrecadado pela União ou pelo Estado é repartido entre os entes tributantes – Exemplo: IPVA



## O que é Contabilidade?

Temos diversas definições mas, em síntese, ela controla e fornece informações sobre o patrimônio de uma organização.



### IMPORTÂNCIA

A **Contabilidade** é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios, que contribuem de sobremaneira para a tomada de decisões.



**Disciplina:** Matemática financeira

**Professor:** Antônio Carlos Diel



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. OBJETIVO:

A Matemática Financeira tem por objetivo o manuseio de fluxos de caixa visando suas transformações em outros fluxos equivalentes que permitam as suas comparações de maneira mais fácil e segura.

### Por que estudar Matemática Financeira?

“Sabemos que o valor do dinheiro envolvido numa transação financeira não permanece constante durante o prazo da operação. Em geral, o valor na data inicial da operação é diferente do valor em qualquer outra data; isto é, o valor do capital envolvido numa operação financeira varia com o tempo.”  
(J.C.Lapponi)

NOTAS \_\_\_\_\_

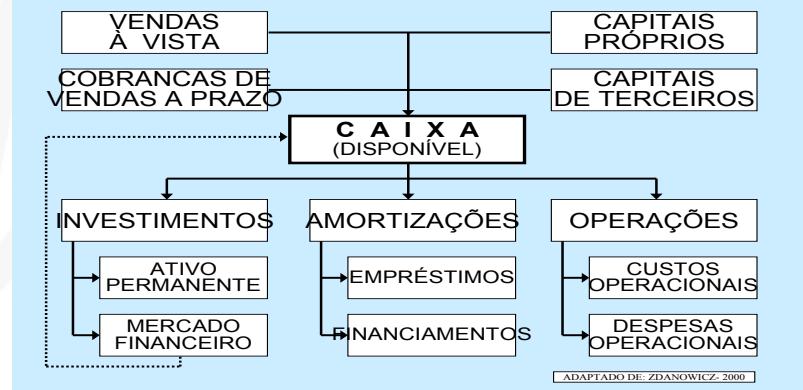
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### PRINCIPAIS INGRESSOS E DESEMBOLSOS DE CAIXA



## 1.2. FLUXO DE CAIXA

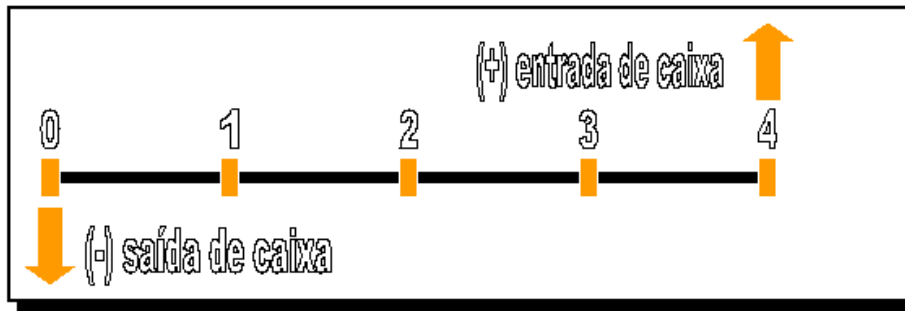
Denomina-se Fluxo de Caixa ( de uma empresa, de um investimento, de um indivíduo, etc.) ao conjunto de entradas e saídas de dinheiro ao longo do tempo.

Em um fluxo de caixa convencionamos:

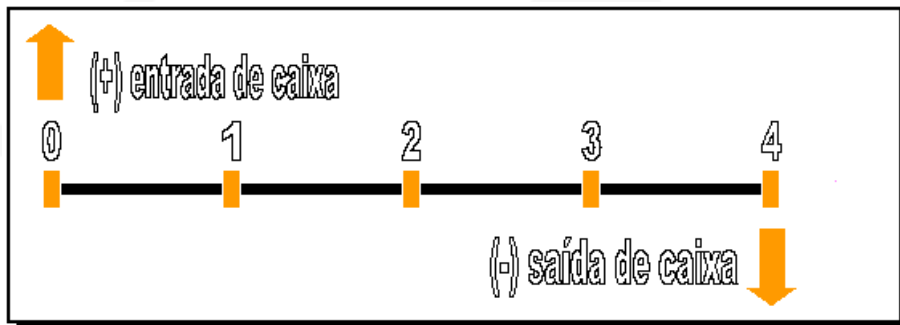
**Entradas** são os recebimentos e têm sinal positivo.

**Saídas** são os pagamentos e têm sinal negativo.

### FLUXO DE CAIXA DO PONTO DE VISTA DE QUEM EMPRESTA:



### FLUXO DE CAIXA DO PONTO DE VISTA DE QUEM TOMA EMPRESTADO:



### Exercício 1.1

Uma empresa tomou emprestado para capital de giro, em um banco comercial, o valor de \$5.000,00 para serem pagos da seguinte forma: em seis parcelas mensais e consecutivas de \$800,00, com a primeira vencendo ao final do segundo mês, mais dois reforços de \$1.000,00 a serem pagos junto com a terceira e a sexta prestação. Construa o fluxo de caixa do banco e o fluxo de caixa da empresa.

### 1.3. O VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO

1.1.0.0.1 O dinheiro cresce no tempo devido aos juros.

1.1.0.0.2 Nunca somar valores monetários de datas diferentes sem considerar os juros dos períodos.



### 1.4. JUROS

1. Dinheiro pago pelo uso de dinheiro emprestado, ou seja, custo do capital de terceiros colocados à nossa disposição.

Remuneração do capital empregado em atividades produtivas ou, ainda, remuneração paga pelas instituições financeiras sobre o capital nelas aplicado.

- É a remuneração do capital emprestado, podendo ser entendido, de forma simplificada, como sendo o aluguel pago pelo uso do dinheiro.

### 1.5. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Como alguém que possua recursos (financeiros) poderá utilizá-los:

- na compra de bens de consumo;
- na compra de serviços;
- na aquisição de bens de produção;
- na compra de imóveis para uso próprio ou venda futura;
- no empréstimo a terceiros;
- na aquisição de títulos de renda fixa ou variável;
- deixando depositado para atender a “eventualidades”;
- guardá-lo na expectativa de uma oportunidade melhor para sua utilização;
- ou guardá-lo pela simples satisfação de ter dinheiro.

NOTAS

---

---

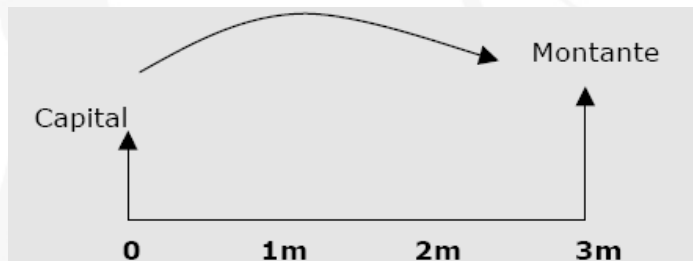
---



## 1.6. ASPECTOS RELACIONADOS A EMPRÉSTIMOS

Fatores relacionados com a taxa de remuneração avaliados por quem possui dinheiro antes de se dispor a emprestar:

1. **RISCO:** probabilidade do tomador de empréstimo não poder pagar o empréstimo;
2. **DESPESAS:** todas as despesas operacionais, contratuais e tributárias para a formalização do empréstimo e à efetivação da cobrança;
3. **INFLAÇÃO:** índice de desvalorização do poder aquisitivo da moeda previsto para o prazo do empréstimo;
4. **GANHO (ou LUCRO):** fixado em função das demais oportunidades de investimentos (“custo de oportunidade”); justifica-se pela privação, por parte do seu dono, da utilidade do capital.



NOTAS \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 1.7. FORMAS DE APRESENTAÇÃO DA TAXA DE JUROS

### 1.1.1 FORMA PORCENTUAL (PERCENTUAL)

A taxa de juros é apresentada em centos do capital. Para se fazer o cálculo primeiro tem-se que dividir por cem.

### 1.7.2. FORMA UNITÁRIA:

A Taxa refere-se à unidade do capital, Calcula-se o que rende a aplicação de uma unidade de capital no intervalo de tempo referido pela taxa.

#### Exemplo 1.2.:

Qual o juro que rende o capital de \$1.000,00 aplicado por 1 ano à taxa de juros de 6% ao ano?

$$\text{Resposta: juro} = 1.000,00 \times \frac{6\%}{100} \times 1 \text{ ano} = 10 \times 6 \times 1 = \$60,00$$

Portanto é de \$ 60,00 o juro que a aplicação rende em um ano.

#### Exemplo 1.3:

Qual o juro que rende o capital de \$1.000,00 aplicado por 1 ano à taxa de juros de 0,06 ao ano?

$$\text{Resposta: juro} = 1.000,00 \times 0,06 \times 1 \text{ ano} = 1.000 \times 0,06 \times 1 = \$60,00$$

Portanto é de \$ 60,00 o juro que a aplicação rende em um ano.

**LEMBRETES:** • Nos cálculos com uso de fórmulas, utiliza-se sempre a taxa unitária

$$\gggg 12\% \text{ a.a.} = 0,12$$

forma percentual

$$\gggg 12\% \text{ a.a.} = 12$$

NOTAS \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APRESENTAÇÃO E RELAÇÃO

### ENTRE TAXA PERCENTUAL E TAXA UNITÁRIA

Normalmente as taxas de juros são expressas na forma percentual. Para transformá-las na forma unitária, para que possam ser aplicadas diretamente nas fórmulas estas devem ser divididas por cem (100).

#### Exemplo 1.4:

FORMA PERCENTUAL	FORMA UNITÁRIA	LEGENDA
12% a.a. =	$\frac{12}{100} = 0,12$ a.a.	a.a. = ao ano
6% a.s. =	$\frac{6}{100} = 0,06$ a.s.	a.s. = ao semestre
4% a.t. =	$\frac{4}{100} = 0,04$ a.t.	a.t. = ao trimestre
1% a.m. =	$\frac{1}{100} = 0,01$ a.m.	a.m. = ao mês
0,033% a.d. =	$\frac{0,033}{100} = 0,00033$ a.d.	a.d. = ao dia

De modo semelhante para transformar a taxa de juros da forma unitária para a forma percentual basta multiplicar-se por cem (100).

$$i = 0,12 \text{ a.a.} = 0,12 \times 100 = 12\% \text{ a.a.}$$

#### LEMBRETE

A taxa de juros sempre é relacionada a um período de tempo específico, no qual é baseado o cálculo dos juros. Este período sempre deverá estar expresso após a taxa.

#### NOTAS

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

## 1.8. FORMAS DE CALCULAR OS JUROS

**JUROS SIMPLES** - Neste regime a remuneração do Capital Inicial aplicado (Principal ou Valor Presente) é diretamente proporcional ao seu valor e ao tempo de aplicação. Remunera-se somente o capital.

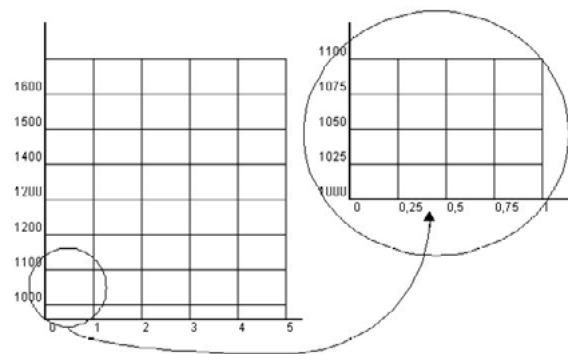
**JUROS COMPOSTOS** - Neste regime ao Capital Inicial aplicado a cada período será somado o juro calculado e sobre este montante será calculado o juros do período seguinte.

### Exemplo 1.5:

Qual o montante ao final de 5 meses, para um capital de \$1.000 aplicado a taxa de 10% a.m.?

JUROS SIMPLES			
MES	CAPITAL	JUROS	MONTANTE
0			
1			
2			
3			
4			
5			

JUROS COMPOSTOS			
MES	CAPITAL	JUROS	MONTANTE
0			
1			
2			
3			
4			
5			



## 1.9. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE JUROS

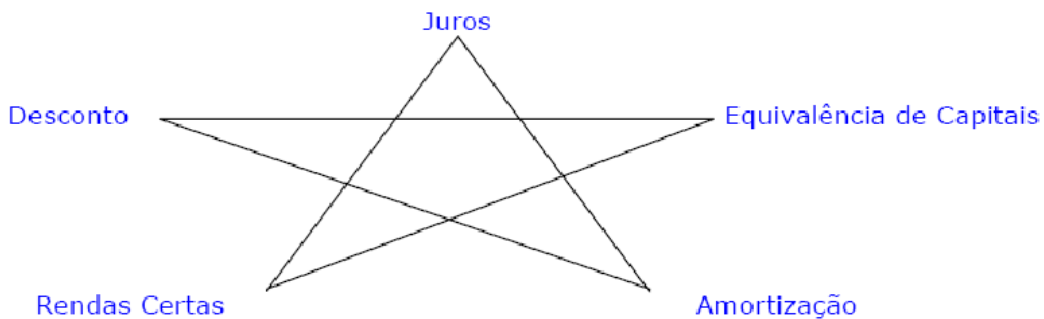
### 1.9.1. CÁLCULO PELO REGIME DE JUROS SIMPLES

- Juros de cada período são calculados sobre o capital inicial (principal) aplicado.
- Juros não rendem juros.
- Não há capitalização de juros.
- Crescimento linear ou em progressão aritmética.

### CÁLCULO PELO REGIME DE JUROS COMPOSTOS

- Juros de cada período são calculados sobre o capital do início do período (saldo).
- Juros rendem juros.
- Há capitalização de juros.
- Crescimento exponencial ou em progressão geométrica.

NOTAS \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





**Exemplo 2.1:**

Quanto renderá um capital de \$1.000,00 a ser aplicado no regime de juros simples a uma taxa de 5% a.m. pelo período de 5 meses?

**Exemplo 2.2:**

Por quanto tempo, pelo regime de juros simples, deverá ficar aplicado um capital de \$45.000,00, para que este renda \$1.800,00 de juros, sabendo-se que a taxa de juros utilizada pela instituição financeira é de 2% ao mês?

**Exemplo 2.3:**

Qual é a taxa de juros simples que deve ser aplicada a um capital de \$3.500,00 para que este produza \$210,00 no período de 4 meses?

**Exemplo 2.4:**

Uma instituição financeira opera a juros simples, a uma taxa de 0,12% a.d.. Qual o capital que uma pessoa deverá aplicar pelo período de 18 dias para obter um rendimento de \$388,80?

# Concluintes dos Cursos



## Relação dos alunos concluintes do curso Turma 2011

**Curso:** Gestão de Processos Administrativos e Contábeis

**Carga horária:** 120 horas-aula

**Período:** 24/10/2011 a 30/05/2012

**(Período da etapa I:** 24/10 a 30/11/2011 **e Período da etapa II:** 19/03 a 30/05/2012)

**Horário:** 8h30min às 12h

**Local:** FDRH – Av. Praia de Belas, 1595 – Sala 1304 – 3º andar – Porto Alegre/RS.

### Concluintes

1. Alice Schmitt
2. Angela Maria Frohlich Freitas
3. Cláudio Villanova
4. Francisco Darci Ferreira de Ávila
5. Gilberto da Rocha Coelho
6. José Barcellos de Azevedo Neto
7. Juares da Silva Rocha
8. Martha Ourique Verran
9. Neusa Almeida da Silva
10. Rene Natalina Weber
11. Sonia de Souza Mota
12. Vera Lúcia de Souza Castilhos
13. Carmem Meinerz Marques

## **Relação dos alunos concluintes do curso Turma 2012**

**Curso:** Gestão de Processos Administrativos e Contábeis

**Carga horária:** 80 horas-aula

**Período:** 14/05 a 25/07/2012

**Horário:** 8h30min às 12h

**Local:** FDRH – Av. Praia de Belas, 1595 – Sala 1304 – 3º andar – Porto Alegre/RS.

### **Concluintes**

1. Alan da Rosa Gambim
2. Aline Teresinha Pontes
3. Ana Ledi Vieira Suzin
4. André Silvestri Schuh
5. Antão Gelson Feltrin Cassenott
6. Anuar Corrêa de Mello
7. Carlos Alberto Hermes
8. Carlos Mentz Barth
9. Daniel Viali Moreira
10. Daniele do Couto Gripa
11. Fernando Winck Gava
12. Gabriela Marin Konzen
13. Gustavo Frederico Strelow
14. Jair Inácio Della Pace Silva
15. Jaqueline Poletto Cemin
16. Joelson Lumertz Cardoso
17. Juliana Moresco Tolotti
18. Lademir dos Reis
19. Lúcia Beduschi
20. Magéli Maria Poeta de Souza
21. Manoel Pedro Lopes
22. Michele da Costa Lemos Prates
23. Miriam Ribeiro dos Santos
24. Rafael de Oliveira Marques

25. Raul Piber dos Santos
26. Renata Nitzke da Silva Ramos de Macedo
27. Rita de Cassia de Souza Gehm
28. Solange Mello dos Santos
29. Tatiane Borges Marcon
30. Vagner Silveira Dias
31. Vera Lucia Porto Dornelles
32. Winneton Montenegro

## Modelo do certificado entregue aos concluintes do curso

FRENTE



VERSO

